



A DEVORAÇÃO DA CONDIÇÃO HUMANA E O VAZIO DA ESFERA PÚBLICA

Carla Reis Longhi¹**Resumo:**

A esfera pública contemporânea apresenta múltiplas especificidades. Por um lado, se constitui na trama das novas mídias e por outro se estrutura num modelo de sociedade específico, denominado sociedade de consumo. Os dois aspectos modelam as formas de interações sociais e conseqüentemente, a própria condição humana. Propomos neste artigo, a reflexão sobre as especificidades deste contexto e, para tanto, nos pautamos numa análise diacrônica. Neste percurso, recuperamos os elementos constitutivos da noção de esfera pública, acompanhando suas contínuas transformações no intuito de estabelecer critérios de análise de sua condição contemporânea, fundamentando a idéia de seu esvaziamento.

Palavras-chaves: esfera pública, sociedade de consumo, representações, cultura midiática

Abstract:

The contemporary public sphere has multiple specificities. On the one hand, it is made of new media and on the other it is structured in a specific model of society, called the consumer society. The two aspects for the types of social interactions and consequently, the human condition itself. It is proposed in this article, thinking about the specificities of this context and, therefore, we were based on a diachronic analysis. In this path, it was recovered the components of the concept of public sphere, following its continuous transformations in order to establish criterions for the analysis of its contemporary condition, stating the idea of its emptiness.

Keywords: public sphere, consumer society, representations, culture media

¹ Carla Reis Longhi possui mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é professora titular no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Paulista e professora titular do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Tem experiência na área de Comunicação com ênfase nos estudos de processos de mediação e recepção no âmbito do Público e Privado e estudos político-culturais contemporâneos com ênfase em Brasil. Atua na Linha de Pesquisa Cultura Midiática e Grupos Sociais e lidera o Grupo de pesquisa " Mídia, Cultura e Política: identidades, representações e configurações do público e do privado no discurso midiático", cadastrado no CNPq. Autora de livros e artigos relacionados à sua área de pesquisa. Atua nas áreas de história e comunicação, priorizando suas interfaces





Propomos a discussão sobre a esfera pública, numa análise diacrônica, no intuito de apresentar contínuos processos de transformação da mesma, que podem ser aqui denominados como ciclos de devoração de seu sentido originário. Não se tratam, apenas, de transformações de sua lógica de estruturação, própria da dinâmica do homem, mas sim, segundo Hannah Arendt, de um longo processo de desumanização, logo, de devoração da condição humana. É sobre esta lógica que queremos ponderar.

Para tanto, partimos do conceito original, mas buscamos a reflexão sobre a forma contemporânea de interação política. Para Hannah Arendt a esfera pública é, em primeira instância, a consumação do âmbito político do ser. Esta afirmação é carregada de ponderações que começamos a desnudar.

Antes mesmo de a autora refletir sobre a esfera pública em suas delimitações e especificidades, apresenta o que denomina de componentes da condição humana ou a *Vita Activa*. O Homem, segundo ela, se constitui de três atividades contínuas: *o labor, o trabalho e a ação*. É interessante notar a distinção estabelecida entre labor e trabalho. Arendt concorda com o caráter inusitado da distinção, mas demonstra a existência desta diferença na raiz de quase todas as línguas européias

" a língua grega diferencia entre *ponein* e *ergazesthai*, o latim entre *laborare* e *facere* ou *fabricari*; o francês, entre *travailler* e *ouvrer*, o alemão entre *arbeiten* e *werken*. Em todos estes casos, só os equivalentes de 'labor', em sua definição originária, têm conotação de dor e atribulação" (Arendt, 2000, p.90)

Este sentido negativo se perde ao longo do tempo. Assim, o labor refere-se às atividades vinculadas à sobrevivência, ao campo da necessidade, atividades estas que não deixam rastros, enquanto o trabalho indica a permanência do homem, sua imortalidade através da materialidade de sua obra. A distinção, então, se dá no caráter e resultado de





seu fazer, pois enquanto o primeiro se perde em seu próprio ato, o segundo possibilita a construção de uma esfera simbólica e permanente ao Homem.

Já a ação significa a efetivação da condição humana, pois ao mesmo tempo em que garante a permanência do homem através de seus atos e palavras, e, conseqüentemente, a constituição da memória, com a preservação de seu universo simbólico, justamente por isto, é a atividade que só se realiza na coletividade, sendo a única atividade essencialmente vinculativa. A ação se dá no ato da comunicação e como nos lembra Baitello 'a comunicação é a criação de ambientes, de vínculos, de sensações e não de informação'.² Sendo a ação a atividade por excelência, que concretiza a vinculação humana, esta ocorre exatamente na esfera que tem como função essencial a congregação do que é comum: a esfera pública.

As Esferas do Público e do Privado possuíam uma definição extremamente demarcada. Na polis grega o espaço privado era o espaço da família e se pensarmos etimologicamente, estaremos relacionando este espaço com um espaço em que há privação. A autora desenvolve esta idéia demonstrando que o espaço da família é o espaço da necessidade e do poder autoritário. Vejamos:

"O que distinguia a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem compelidos por suas necessidades e carência. A força compulsiva era a própria vida_ os penates, os deuses do lar, eram segundo Plutarco, 'os deuses que nos fazem viver e alimentar o nosso corpo'; e a vida, para sua manutenção individual e sobrevivência como vida da espécie, requer a companhia de outros. O fato de que a manutenção individual fosse a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie fosse a tarefa da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. Portanto, a comunidade natural do lar decorria

² Frase proferida em palestra ministrada por Norval Baitello no Simpósio Internacional Vilém Flusser.





da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar."(Arendt,2000,p.39/40)

Notamos que a vida privada estabelecia a divisão de papéis masculinos e femininos, mas todos relacionados à própria existência, tanto que os deuses do lar representavam a manutenção da vida pelo alimento do corpo e sua auto-reprodução. Podemos já demonstrar que toda a atividade econômica, entendida como o ato de dedicar o corpo e a mente à produção (agrícola, artesanal ou comercial) referiase, também, à preservação da vida, ou seja, ao campo da necessidade e, desta forma, estava compelida à atividade familiar e logo, à esfera privada. Não é por acaso que, por um lado, toda a atividade manual era exercida por escravos, em condições distintas de privilégios, sendo que a administração da economia do lar era feita pela mulher e que, por outro lado, o deus representante da atividade artesanal era o único deus aleijado, pois era manco. Esta representação religiosa e o 'poder' concedido à mulher na administração do lar demonstram o papel para o qual estava relegada a atividade econômica.

Isto por que, aquele que vivesse sob algum tipo de privação física, de saúde, ou privação econômica não possuía liberdade, pois vivia na premência de garantir a sobrevivência e, todos os seus atos seriam em prol da vida, ou seja, não agiria por vontade própria, por livre pensar, mas sim, em busca de continuar vivendo; era a necessidade que lhe coagia e a coação não é a livre ação. Desta forma, só seria livre aquele que tivesse se libertado da necessidade, vivendo em estado de ventura.

É neste ponto que a igualdade se aproxima da liberdade, pois só os homens em estado de liberdade, entendida como a ausência de relações de domínio e preocupações com a existência, teriam condições de *ação*, o pensar, expressar o pensamento através do discurso para, por um lado, concretizar a atuação sobre a realidade, garantindo o melhor convívio em comunidade e, por outro lado, possibilitar a distinção individual, pois era este





aspecto que constituía a honra ao cidadão e a preservação de sua memória individual. Assim, a igualdade econômica era condição para a diferença individual.

Os que fizessem parte deste grupo estariam entre iguais; em outras palavras, só estando entre iguais que se poderia praticar a política. A liberdade e a igualdade eram condições prévias para a ação política, estabelecendo assim, a distinção cabal com o espaço privado, pois em estado de igualdade não poderia haver submissão política:

" Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Não significava domínio, como também não significava submissão." (Arendt, P. 41)

Primeira devoração: a diluição das esferas pública e privada e o esvaziamento da *ação*

A modernidade (Berman,1987) reformula completamente este sentido originário. Para o homem moderno a idéia de sociedade traz em seu bojo novas indicações.

Com ela os limites de público e privado, tão bem demarcados na pólis grega, tornam-se fluidos, pois ocorre uma forte recomposição de ambos, na definição do conceito de Social. Nesta movimentação ocorrida até o séc. XVIII, para Hannah Arendt e Habermas, tanto o espaço público quanto o espaço privado se reformulam. O que era espaço privado se desdobra, agora, em dois campos. O primeiro mantém a denominação 'privado' mas incorpora a concepção de íntimo, a preocupação com as necessidades do coração, a expressão de Jean-Jacques em oposição ao Rousseau (Arendt, 2000) ou dito de outro modo, é a composição do reino da necessidade com a preocupação com a subjetividade "O *status de homem privado combina o papel de dono de mercadorias com o de pai de família, o de proprietário com o de 'homem' simplesmente.*" (Habermas, 1984,p.44).

O segundo agora denominado de esfera social ou sociedade civil, passa a abranger as preocupações próprias da vida privada, ou seja, o espaço da necessidade e da





desigualdade. Assim, para Habermas, a esfera social é o espaço da circulação de mercadorias; é a ascensão da administração da existência vital ao cenário público, definindo um novo campo de atuação de especialistas e pensadores: a economia política; nesta passagem, a administração econômica do social torna-se o ponto principal do viver em comunidade, concretizados na preocupação das Monarquias européias em acumular riquezas em seu reino, o que significava a própria família real. Nesta esfera, mantém-se e aprofunda-se a desigualdade, estruturada em relações hierárquicas e autoritárias, justamente em função da permanência da necessidade. Inicialmente distinta do espaço público, aos poucos vai definindo-se como tal. Esta passagem transfere o campo da necessidade para este espaço, que para os gregos deveria ser o espaço da igualdade, da ausência da necessidade. O conceito de esfera pública se mantém, contudo, de modo fluido; por um lado, mistura-se à noção de social e, por outro lado, assume um sentido restrito de concepção política, identificada com as atividades do Estado.

Neste percurso, a esfera pública originária, intensa, buscada e protegida como reduto da liberdade e da igualdade, é parcialmente devorada pela esfera privada e o nascimento da esfera social e com ela, passa a representar interesses e papéis que nunca foram os seus, preocupando-se prioritariamente com a sobrevivência, com o campo da necessidade. Mais indicador que isto, é o fato de que a *ação* perde o espaço e o sentido e esta dimensão da condição humana é relegada a funções delimitadas. A Modernidade (nesta primeira fase) enaltece a atividade do *trabalho*. Apesar a mudança, o trabalho ainda carrega a possibilidade da durabilidade do mundo:

"É esta durabilidade que empresta às coisas do mundo sua relativa independência dos homens, que as produziram e as utilizam, a 'objetividade' que as faz resistir, obstar, e suportar, pelo menos durante algum tempo, as vorazes necessidades de seus fabricantes e usuários. Deste ponto de vista, as coisas do mundo têm a função de estabilizar a vida





humana; sua objetividade reside no fato de que - contrariando Heráclito, que disse que o mesmo homem jamais pode cruzar o mesmo rio- os homens , a despeito de sua contínua mutação, podem reaver sua invariabilidade, isto é, sua identidade no contato com os objetos que não variam, como a mesma cadeira e a mesma mesa. Em outras palavras, contra a subjetividade dos homens ergue-se a objetividade do mundo feito pelo homem..." (Arendt, 2000, p. 150)

Hannah Arendt desenvolve seu texto procurando reconstituir o percurso de desumanização sofrida pelo Homem, tema central de sua reflexão, materializado no título de seu livro- A Condição Humana. A seu ver, houve um longo processo de atrofia da condição humana e parte dela se iniciou com a constituição da esfera social. Isto por que este espaço, diferentemente da esfera pública grega, que primava pela diferenciação do ser humano privilegia, agora, o comportamento, o social. É a busca do social em submeter o homem a padrões de comportamento, o que implica em seu cerceamento reflexivo, daí a revolta de Jean-Jacques contra Rousseau. Norbert Elias (Elias, 1998) demonstra o longo processo civilizatório ocorrido durante o primeiro século (séc. XVI) desta primeira fase da modernidade. Aqui ocorre o início de um profundo adestramento de contenção do próprio corpo e atenção aos olhares alheios, na busca da aceitação e da subjugação do Outro, mediante sua repreensão. Neste momento, contudo, o controle está no movimento do corpo, seu gestual, seus modos, no controle do que passa a ser considerado grotesco e, neste processo, há um contínuo aprimoramento da própria percepção, que se volta para a observação dos movimentos do corpo na busca de seu auto-controle. Assim, neste percurso analítico, a sociedade, espaço do trabalho, apresenta-se como o 'inimigo' do mundo íntimo e não, como pode parecer em primeira instância, do espaço político. Este foi parcialmente aniquilado.

Segunda Devoração: A Transformação da *Aparência* e a aniquilação da *Excelência*





Como já apresentamos, o conceito de esfera pública comporta diferentes dimensões que, ao mesmo tempo em que se integram, são dinâmicas como a própria natureza humana e se reformulam profundamente na efetivação da análise diacrônica. Se até aqui, destacamos a inter-relação entre os limites do público e do privado, bem como suas competências específicas e o papel da ação, aqui, gostaríamos de abordar o sentido de comum, presente nesta esfera. Voltemos à definição de Arendt:

" É em relação a esta múltipla importância da esfera pública que o termo 'privado', em sua acepção original de 'privação', tem significado. Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação 'objetiva' com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privacidade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros." (Arendt, 2000, p. 68)

Atentemos para três importantes aspectos propostos pela autora. A esfera pública garante a condição '*de ser visto e ouvido por outros*', possibilita '*a condição objetiva da vida*' ou como a própria autora coloca, se não é visto e ouvido é como se não existisse, além de possibilitar a realização de '*algo mais permanente que a própria vida*'. Ponderemos sobre estes três aspectos. Começemos por aprofundar a idéia de público. Segundo nossa autora, a concepção de público comporta dois pensamentos importantes, correlatos, mas não iguais. O primeiro diz respeito à possibilidade da aparência no espaço público. Assim, é nesta esfera que podemos ver e sermos vistos:





"Uma vez que a nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência, e portanto da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir da treva da existência resguardada, até mesmo a meia-luz que ilumina a nossa vida privada e íntima deriva, em última análise, da luz muito mais intensa da esfera pública." (Arendt, p.70)

Este aspecto diz respeito à condição de aparência intrínseca à esfera pública. Esta, com sua iluminação própria possibilita, ao usarmos nossos sentidos, constituir significados sobre o que vemos, ouvimos e pensamos, garantindo a própria realidade. A autora demonstra que as características da esfera privada não podem ser tornadas públicas, em função de sua condição; quando temos um sofrimento profundo, a perda de alguém, por exemplo, jamais conseguiremos expressar a totalidade de nosso sentimento, pois os outros não podem sentir por nós e isto é próprio da privatividade do ser, mas podem pensar conosco, podem constituir e expressar valores comuns. Assim, é nesta esfera que podemos ver e sermos vistos, delimitando um campo de elementos comuns a todos e, constituindo a partir deste, nossas referências sobre o real, aspecto este apontado a seguir, quando a autora demonstra que a realidade é aquilo que ascende a esta esfera, pois é, por um lado, atestado por todos e por outro lado, é o âmbito em que definimos o nosso lugar em relação aos outros e ao todo. Assim, se constituem as referências sociais, seus valores e normatizações, suas referências materiais e simbólicas e, logo, o imaginário social.

Desta forma, muito mais que ver e ser visto, a esfera pública possibilita concretizar a própria realidade. O Homem necessita da referência do outro para comprovar sua própria realidade e o mundo que o cerca e isto remete ao segundo aspecto que embasa a idéia de público :

"Em segundo lugar, o termo 'público' significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Este mundo, contudo,





não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes, tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que , juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois , como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens. " (Arendt,p.62)

Estas duas idéias são, do nosso ponto de vista, inerentes a qualquer contexto histórico, logo, definidoras da idéia de público. Além disto, são idéias-chave para se pensar a contemporânea constituição de uma esfera pública. Isto porque a autora destaca a necessidade humana de concretização de sua existência através da aparência. Só com a confirmação do Outro, de sua própria existência, que o homem pode vislumbrar sua materialidade e seu lugar no mundo (individual e coletivo).

Nesta lógica existencial o cidadão era aquele que podia ascender ao espaço público e ter visibilidade através dele. Isto contudo, com o propósito claro de realizar '*algo mais permanente que a própria vida*', estabelecendo um sentido coletivo para a condição de aparência, o que demandava profunda responsabilidade para com a cidade, então para com o Outro. Associando as idéias de Arendt com as de Roberto Esposito (Esposito, 2007), poderíamos dizer que o espaço público grego narrado por Arendt constituía uma verdadeira comunidade, pois segundo Esposito, esta se constitui pelo compartilhamento, a divisão ou doação de um fazer ou pensar para a cidade. Esta doação, diz o autor, era chamada pelos latinos de *múnus* e, a meu ver, é o cerne da concepção de público discutida por Arendt. Isto por que, neste entendimento, o compartilhamento se dá, sempre, por aquilo que tenho a oferecer ao grupo, fato este que implica responsabilidade contínua e preocupação com a coletividade, ou em outras palavras, o sentido da cidade e





da cidadania. Esta idéia completa a noção de Comunidade proposta por este autor " *...a comunidade não é o entre do ser, mas o ser como entre: não uma relação que modela o ser, mas o próprio ser como relação.* " (Esposito, 2007, p. 19) Esta conceituação associa-se ao conceito de *ação* proposto por Hannah Arendt, pois seria a realização de atos e pensamentos no intuito de garantir a imortalidade através da excelência³:

A excelência em si, 'arete' como a teriam chamado os gregos, 'virtus' como teriam dito os romanos, sempre foi reservada à esfera pública, onde uma pessoa podia sobressair-se e distinguir-se das demais. Toda atividade realizada em público pode atingir uma excelência jamais igualada na intimidade; para a excelência, por definição, há sempre a necessidade da presença de outros, e essa presença requer um público formal, constituído pelos pares do indivíduo; não pode ser a presença fortuita e familiar de seus iguais ou inferiores (...). (Arendt, 2000, 58)

Para o homem grego, tudo que era público, ou seja, estava disponibilizado para ser visto e ouvido, deveria buscar a excelência, pois somente a permanência do mundo, entendido como uma comunidade de elementos que se estabelecem entre os homens e permitem as relações entre os mesmos, possibilita a existência da esfera pública. Desta forma, era consenso para o homem grego que a sua própria existência, na relação com o Outro, necessitava de uma esfera comum, reforçando a constante busca pela excelência, ou seja, a permanência dos atos e idéias após a morte do corpo. Esta pré-condição garantia à esfera pública, como coloca Hannah Arendt, a condição de espaço da mais profunda igualdade para a realização da mais intensa diversidade.

Hoje, a virtude não tem espaço. O conceito de público se reformulou drasticamente, pois perdeu, justamente, o sentido de Comunidade, foi corroído pela necessidade,

³ Este aspecto foi discutido por mim no artigo 'O Filme Capote: abordagens sobre os espaços público e privado' publicado na Revista Significação, n. 25.





incorporando em seu âmbito a competição, hierarquização, subordinação e fundamentalmente, exploração, aspectos anteriormente constitutivos só da esfera privada e agora incorporados à lógica pública através da lógica do consumo, a seguir discutida. A inserção do sujeito nesta esfera não se dá mais com o intuito, por um lado, de se buscar a imortalidade e, por outro, com o intuito de fazer em prol do bem comum; assim, o compartilhamento discutido por Esposito foi esvaziado. Este vazio elimina a idéia de comunidade como o *entre do ser* o que nos leva, também, a repensar o próprio conceito de *ação* proposto por Arendt. Contudo, a necessidade de aparência permanece, pois como discutimos, é o âmbito da concretude do próprio mundo, constituída, agora, com novo sentido. A excelência foi devorada pela admiração pública. A comunidade foi devorada pelo individualismo.

Nestas palavras fica evidente que a admiração pública e a recompensa monetária têm a mesma natureza e podem substituir uma à outra. A admiração pública é também algo a ser usado e consumido; e o status, como diríamos hoje, satisfaz uma necessidade como o alimento satisfaz outra: a admiração pública é consumida pela vaidade individual da mesma forma como o alimento é consumido pela fome. Obviamente, deste ponto de vista, a prova da realidade não está na presença pública de outros, mas antes na maior ou menor premência das necessidades, cuja existência ou inexistência ninguém pode jamais atestar senão aquele que as sente. (Arendt, 2000, p. 66)

Terceira devoração: esvaziamento do *trabalho* e a constituição da esfera pública midiática

O séc. XIX, carregado pela segunda revolução industrial, inaugura uma nova fase para a condição humana, contemplada pelas transformações tecnológicas e científicas. O homem vive em estado de graça ao sentir, pela primeira vez, a segurança de passar a controlar a natureza. As descobertas científico- tecnológicas contemplam distintos setores de produção





"...no curso do qual se desenvolveram as aplicações da eletricidade, com as usinas hidro e termelétricas, o uso dos derivados do petróleo, que dariam origem aos motores de combustão interna e, portanto, aos veículos automotores; o surgimento das indústrias químicas, de novas técnicas de prospecção mineral, dos alto-fornos, das fundições, usinas siderúrgicas e dos primeiros materiais plásticos..." (Sevcenko, 2001,p.15)

Como resultados, dois ideários, próprios deste contexto, tornam-se dominantes: as idéias de racionalidade e eficiência. Investir em tecnologia e produção passa a ser sinônimo de segurança e progresso. O ambiente da fábrica inaugura um novo fazer produtivo: investe-se na divisão da produção, na padronização do produto, no controle do tempo através da manipulação das máquinas para o aumento da produtividade. O trabalho humano perde a primazia, é controlado pela máquina e, ao perder a especialidade, perde o valor, tornando-se substituível. Aqui, dois processos ocorrem: a alienação do homem e a fetichização da mercadoria, adiante discutida. O homem já não se vê no resultado de seu *trabalho* e este, como atividade que garantia identidade humana e permanência no mundo, é devorado pela lógica capitalista. Parte da construção simbólica, garantida pela durabilidade do objeto, fruto do trabalho humano se esvai, viabilizando a transfiguração do universo sócio, desconectado de suas bases materiais e tradicionais.

Esta lógica é acompanhada da constatação de que os processos de urbanização trouxeram grandes contingentes humanos para espaços delimitados, indicando uma gradativa preocupação com a inserção das massas. A busca de racionalização e eficiência, somados ao contingente populacional compõe uma nova preocupação, a necessidade do controle e vigilância social através de técnicas racionais, que ao mesmo tempo em que ordenem e controlem, garantam o aumento da produtividade. Como nos mostra Foucault





" Este novo mecanismo de poder apóia-se mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de taxas e obrigações..." (Foucault, 1979 , p. 186)

Assim, o homem é descolado do processo de construção material e simbólica, capturado pelas tessituras dos poderes estatal e econômico, que intensificam suas associações afetando, ainda mais, as fronteiras entre o público e o privado. Como analisa Habermas:

" Assim, a longo prazo, ao intervencionismo estatal na esfera social corresponde também a transferência de competências públicas para entidades privadas. E à ampliação da autoridade pública a setores privados também está ligado o processo correlato de uma substituição de poder público por poder social"(Habermas, 1984,170)

Neste processo, as grandes empresas se organizam em oligopólios, que passam a tomar decisões políticas sobre o mercado. Surgem os sindicatos, instituições privadas, pois não se constituem no corpo do funcionalismo público, mas, congregam ações e interesses que se transformam em acordos trabalhistas, definindo direitos e deveres, tais quais as convenções coletivas. Ao mesmo tempo, quanto mais a sociedade se mostra coercitiva, mais necessita de um Estado forte. Este passa a invadir a esfera privada, através da normatização da vida privada, como por exemplo, com a definição de cláusulas sobre inquilinato; legislação referente aos direitos trabalhistas; aposentadoria coletiva; leis de divórcio e tutela dos filhos; educação pública; direitos do consumidor; restrição ao uso do solo- controle da propriedade privada, etc. Definitivamente, as fronteiras do público e do privado foram apagadas. Constatamos que o homem ganha em direitos e perde em autonomia:





As empresas industriais constroem moradias ou até ajudam ao empregado para que consiga uma casa, formam parques públicos, constroem escolas, igrejas e bibliotecas, organizam concertos e sessões de teatro, mantêm cursos de aperfeiçoamento, provêm em prol de anciãos, viúvas e órfãos. Em outras palavras: uma série de funções que, originalmente, eram preenchidas por instituições públicas não só no sentido jurídico, mas também no sentido sociológico, passam a ser assumidas por organizações cuja atividade não é pública..." (Habermas, 1984,183)

Neste percurso, a *ação*, já esvaziada, é relegada ainda mais a um campo circunscrito do fazer política, dominado por esta mesma lógica da racionalização e eficiência. Aqui, o comportamento é reforçado pela vigilância dos espaços, através do controle da circulação e do fazer nestes ambientes planejadamente construídos: é a efetivação do Panóptico de Bentham (Foucault,1979) . O homem já destituído de suas referências simbólicas, é continuamente adestrado.

Com o crescimento das cidades, na estrutura da sociedade de massas, o homem perde a capacidade de construir uma imagem totalizadora sobre o espaço em que vive, pois já não consegue circular presencialmente sobre estes espaços. Contudo, como já discutido amplamente, o homem precisa de referências sobre o seu próprio espaço e vai buscá-las através das novas formas de publicização do espaço com as mídias massivas e a organização dos eventos e debates públicos. A partir daqui, não é possível conceber a esfera pública sem considerar sua faceta midiática, com todas as conseqüências que esta acarreta, isto por que, os processos de aparência e, logo, a constituição da noção de realidade passam a se estruturar através das diferentes mídias e na correlação das mesmas. Ao considerarmos o contexto inicial do século XX, notamos, mesmo no jornalismo impresso, meio este nascente com a própria lógica burguesa, à incorporação de uma nova racionalidade técnica, estendida às outras mídias ao longo do mesmo século.





Este aspecto pode ser visualizado na mídia impressa, ao considerar seu público despreparado, na composição de estruturas facilitadoras da informação, através da simplificação da informação, da utilização de recursos visuais, nova diagramação da paginação, etc. e, por outro lado, através da departamentalização das discussões, estratégias de encenação, pauta fechada para os debates, etc. Ambos os aspectos favorecem o consenso e compõem com a lógica, depois aprimorada pela linguagem televisiva, do discurso fechado (Sodré,1984). Além disto, modifica-se a relação com os processos de representação; segundo Canclini, mesmo a mídia impressa, que carrega maior diversidade e independência em relação à mídia televisiva, apresenta a homogeneização do discurso:

" os relatos mais influentes ..emergem agora da imprensa, do rádio e da televisão. No tumulto heterogêneo e disperso de signos de identificação e referência , os meios não propõem uma nova ordem , mas sim oferecem um espetáculo reconfortante." (Canclini, 2002, p. 42)

O espetáculo reconfortante se constitui através de algumas estratégias contínuas. As imagens sobre a cidade são construções de consenso através da contínua representação de lugares conhecidos, estereotipados em suas qualidades ou defeitos, intensificando um discurso recorrente. Estas imagens não propõem a apresentação das mediações, aspecto que recuperaria o dissenso, o conflito, próprio das relações humanas. Ao contrário, apresentam imagens, que muitas vezes se desconectam do real caminhando, como já discutido por Baudrillard, para a constituição de contínuos simulacros (Baudrillard,1991) . A ordem é prevalecida e continuamente reforçada e o que é comum e próprio da esfera pública é o que é constituído pelas imagens midiáticas; cria-se uma desconexão entre a realidade local e o discurso midiático que o segundo procurará homogeneizar.





O homem não se vê representado pela mídia; não se reconhece, em sua especificidade, nas imagens totalizadoras da cidade, mas visualiza imagens reconfortantes, pois conhecidas; não se reconhece na esfera do trabalho, não tem espaços públicos urbanos facilitadores dos processos de interações políticas, mas busca incessantemente formas de pertencimento. É nesta dinâmica que a mercadoria expõe sua fetichização, estruturando a lógica da sociedade de consumo.

Quarta devoração: da *ação* e do *trabalho* à plenitude do *labor*

O século XX altera mais uma vez esta relação. Como discutido, a produção em massa retira do Homem a identidade produtiva e individual e retira do 'objeto' seu caráter perene e sua função de uso, que possibilitava a permanência no mundo. Não é o 'objeto' que modifica a relação Homem-Mundo, mas é a relação com o mesmo que é modificada e isto é, para nós, extremamente relevante, pois como coloca Jurandir Freire Costa:

" Na relação do sujeito com o mundo, todo objeto cede parte de sua concretude física à imaginação emocional e toda intencionalidade emocional recorre à matéria física dos objetos para ganhar consistência e durabilidade culturais. ". (Costa, 2005, p.162)

Assim, através da relação que o homem passa a estabelecer com os 'objetos' podemos perceber a relação que estabelece com o mundo. O século XX trará um gradativo e contínuo *desgarramento* do homem em relação aos objetos o que, por um lado, intensifica o *comprismo* e por outro reverte tanto à produção material quanto a simbólica em bens de consumo. Nesta passagem, os objetos perdem seu sentido simbólico, memorial, reconstituente da cena ou pessoa perdida, enfim, reconstituente de uma história. A lógica do consumo, que passa a ser a lógica de relação com o mundo, explica também o papel assumido pela esfera pública, pois aqui, temos a prevalência do *labor*. O *labor*, como anteriormente indicado, é a atividade de sobrevivência no mundo. É qualquer atitude necessária para se manter vivo, como se alimentar, respirar, procriar e produzir,





produção esta voltada para sua própria extinção, num ato contínuo de auto-destruição, o que lhe confere uma outra característica intrínseca, a sua não permanência. Não há resultado permanente. O prazer sexual ou mesmo o prazer do alimento se mantém enquanto o ato estiver em processo, ou seja, precisa do vínculo perceptivo para realizar-se, constituindo-se, então, de forma fluida e instável. Se no contexto originário da Grécia antiga, esta atividade tinha um caráter negativo, por se situar no campo da necessidade, a sociedade contemporânea transformou-o em positividade, justamente por adequar-se às condições fluidas e rápidas desta modernidade líquida. Para Arendt, o séc. XX, com a estruturação da sociedade de consumo, trouxe a prevalência do *labor*, como lógica predominante das interações humanas.

E é justamente a relação que o homem passou a estabelecer com os objetos, o melhor exemplo disto. Pois o consumismo, em sua origem, retoma a idéia do alimento sentido, experimentado em seu processo. O homem, hoje, busca a felicidade sensorial e esta só se mantém em contato com o elemento que gera este prazer. Isto é percebido na relação com o objeto, que só se mantém enquanto gera algum tipo de prazer sensorial (estético pela visão, olfativo, auditivo, tátil) deixando em segundo plano sua funcionalidade e, logo, sua perenidade. Assim, o homem troca seus objetos (roupas, carros, celulares, etc), pois o novo sempre oferece um novo prazer, predominantemente estético, aliado ao fato de que os objetos têm e sempre tiveram uma função de determinação social. Esta lógica não se constitui ao acaso e nem rapidamente. Como já dissemos, inicia-se com a produção em massa, que descola o sujeito de seu trabalho e intensifica-se com o contínuo avanço da tecnologia, fundamentalmente da tecnologia da informação, que modifica definitivamente a relação homem-tempo-espaço.

Assim, nos mostra Bauman (Bauman, 2007), as relações de produção com a globalização trazem novos conceitos para as relações de trabalho, para a avaliação do





trabalhador/funcionário e conseqüentemente para as relações humanas. Nesta nova conformação, a noção de autoridade constitui-se pela capacidade de se manter pedalando, metáfora proposta por Bauman para indicar a contingência do movimento, e, conseqüentemente, da adaptação, da mudança contínua, da fluidez. A grande expectativa do homem contemporâneo é a da mobilidade, física, social, comunicacional, etc. Esta se opõe drasticamente sua oposição em relação à idéia de responsabilidade, de coletividade: não há tempo, nem sentido para isto. Melhor será o empresário que não depender de vínculos com nenhum lugar, podendo alterar suas bases de investimento num clicar do mouse, através de transferência de valores, compra e venda de ações, encerramento de empresas. Aquele que não tem mobilidade arca com os impostos, desemprego e pobreza endêmica. Contudo, o homem busca formas de pertencimento, que passam a se constituir pela própria lógica do consumo. O tempo e o interesse para o reconhecimento e busca de afinidades se reduz a imediatez do contato, fator que reforça o papel da imagem constituída pela aparência, pela moda, pelos acessórios, pelas referências materiais, que seriam as marcas visíveis de pertença (Bauman, 2008).

Com esta reflexão constatamos que o homem, hoje, se constitui essencialmente pela imagem, de si, do outro e da sociedade e se relaciona pelo consumo, de referências, idéias, objetos e pessoas. A *ação* e o *trabalho* como constitutivos da identidade humana cederam espaço ao *labor*, como atividade predominante no contexto contemporâneo. O *labor* se coaduna bem com esta lógica, ao se estruturar pelos mesmos referenciais de fluidez, velocidade, falta de permanência e busca do prazer imediato e fugaz, continuamente fugidio e recorrentemente buscado. Sua melhor expressão, em relação às formas de interações sociais, é a postura blasé (Bauman, 2008). Para Hannah Arendt, o homem perdeu o que lhe confere humanidade, idéia análoga à de Bauman (Bauman, 2008) quando afirma a própria mercantilização do homem. Este vazio é identificado





através das contínuas expressões de carência, patologias da vida de consumo. O autor sintetiza seu olhar sobre a condição do indivíduo através da expressão da melancolia:

" Na versão de Rolland Munro, o conceito de 'melancolia' em seu uso atual 'representa não tanto um estado de indecisão, uma hesitação entre seguir um ou outro caminho, mas um recuo em relação a 'estar atado a qualquer coisa específica'. Ser 'melancólico' é 'sentir a infinidade da conexão mas não estar engatado em coisa alguma'. Em suma, 'melancolia' se refere a 'uma forma sem conteúdo, uma recusa a saber só isso ou só aquilo.'

Sugiro que a idéia de melancolia representa, em última instância, a aflição genérica do consumidor (Homo eligens, por decreto da sociedade de consumo); um distúrbio resultante do encontro fatal entre a obrigação e a compulsão de escolher/o vício da escolha e a incapacidade de fazer esta opção." (Bauman, 2008, p. 58)

Esta condição é intensificada pela lógica de construção do 'real', através da multiplicidade de imagens, imagens estas distantes, deformadas, simuladas e repetitivas, gerando o que Baitello denomina de fadiga do olhar, num processo de anestesia (Baitello, 2005), gerando diferentes expressões/ conseqüências humanas :

" Esta anestesia local do olhar possui, pelo visto, algumas estratégias. Dentre elas, o aguçamento do medo e do pânico, despertados pelas próprias imagens. Por medo e pânico desligam-se as conexões com o mundo externo. A outra estratégia é a hipertrofia de si mesmo: para fazer frente à dor da catástrofe, deixamos que cresça em nós o sentimento titânico de onipotência..." (Baitello, 2005, p. 19)

Quanto à esfera pública, há uma aparente contradição: ao mesmo tempo em que vivemos a época de maior profusão de informação, através das diferentes mídias massivas, visualizamos contínuos processos de Incomunicação (Baitello, Contrera, Menezes, 2005). Se, como defendido a princípio, a esfera pública se constitui por um lado,





da expressão do que é comum e , de outro lado, da vinculação pela ação, acreditamos que hoje, a esfera pública está profundamente deformada, pois não consegue estruturar formas de interações sociais que recuperem o sentido amplo da política o que , em outras palavras, significa dizer que não consegue transformar quereres, necessidades e idéias individuais em projetos coletivos, em conquistas comuns, faltando o caráter vinculativo de suas ações. Assim, entendemos que o vazio da esfera pública ou sua devoração pela esfera privada, reflitam a falta de coletividade posta nas sociedades contemporâneas. Por outro lado, como explicitado, a esfera pública é também, as formas de aparência da própria sociedade, tenha ela as características que tiver. Parece-nos que as noções de visibilidade circulantes, com a expressão máxima da figura da celebridade, expõem as formas de interações sociais constituídas nesta lógica de consumo, pautadas por um profundo individualismo. Podemos argumentar que as novas mídias, tomando por base a internet, com sua grande capacidade de interatividade vêm solucionar parte do problema. Se considerarmos a inviabilidade dos encontros presenciais, numa lógica veloz e imediata como a nossa, podemos concordar, que o ambiente da internet estruture uma forma de esfera pública virtual, contemplando tanto a dimensão da aparência quanto a dimensão da interação social. Contudo, entendemos que a principal questão relaciona-se à forma como os homens pensam e vivem hoje em sociedade, ou seja, a lógica individualista, estruturada pelo consumo e disseminada pela imagem; não bastam os meios para garantir vinculações, responsabilidade e permanência; estes podem continuar, apenas, produzindo informações e conexões.

Referências bibliográficas

ARENDR, Hannah (2000).- **A Condição Humana**, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 10ª edição.

BAUDRILLARD, Jean (1991). **Simulacros e Simulação**. Lisboa, Relógio D'Água





BAITELLO JR., Norval (2005). **A era da iconofagia**, São Paulo, Ed. Hacker.

_____, CONTRERA, Malena S., MENEZES, José E. de (orgs) (2005)

Os Meios da Incomunicação, São Paulo, Annablume.

BAUMAN, Zygmunt (2007) **Vida líquida**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar. (2008) **Vida para Consumo**, Rio de Janeiro, Editora Zahar.

BERMAN, M. (1987) **Tudo o que é sólido desmancha no ar**, São Paulo, Cia das Letras.

CANCLINI, Nestor G. (2002). *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação* IN **Opinião Pública**, Campinas, vol.VIII, n.1

COSTA, Jurandir Freire. (2004) **O vestígio e a Aura**, Rio de Janeiro, Garamond.

ELIAS, Norbert. (1998) *O processo Civilizador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol 1.

FOUCAULT, Michel. (1979) **A Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro, Graal.

HABERMAS, Jurgen.(1984) **Mudança Estrutural da Esfera Pública**, Rio de Janeiro, Tempo Universitário .

LONGHI, Carla Reis.(2006) '*O Filme Capote: abordagens sobre os espaços público e privado*' IN **Revista Significação** , n. 25.

_____.(2006) '*Origens do Conceito de Opinião Pública: um diálogo entre Hannah Arendt e Jurgen Habermas*' IN **Revista Comunicação e Sociedade**, n. 46.

ESPOSITO, Roberto (2007) *Nilismo e Comunidade* IN PAIVA, Raquel (org) **O Retorno da Comunidade**, Rio de Janeiro, Mauad X Editora.

SEVCENKO, Nicolau. (2001) **A Corrida para o século XXI**, São Paulo, Companhia das Letras.

SODRÉ, Muniz. (1984) **O Monopólio da Fala**, Petrópoles, Editora Vozes.





Texto recebido em 06 de setembro de 2009

Text received on September 06, 2009

Texto publicado em 01 de outubro de 2009

Text published on October 01, 2009

